

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMADS

**PROJETO FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO A INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS EM
VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – QUALIFICA
SUAS**

TERMO DE REFERÊNCIA

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO – SDC Nº 07/2026

OBJETO: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FECHADURAS ELETRÔNICAS PARA A UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROJETO QUALIFICA SUAS

Terms of Reference (TOR)	
Projeto	Qualifica SUAS P504899/ GFPP P181957
Contratante	Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS
Unidade responsável	Unidade de Gestão do Projeto – UGP
Financiador	Banco Mundial (BIRD)
Fonte de recursos	Recursos vinculados ao Projeto Qualifica SUAS
Categoria da contratação	Bens - Goods (fornecimento com serviços de instalação)
Método de seleção	Solicitação de Cotações (SDC) – Request for Quotations (RFQ)
Abordagem de mercado	Nacional, conforme previsão constante do Plano de Aquisições do Projeto e registro aplicável no STEP
Tipo de revisão	conforme definido no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco Mundial e registrado no STEP

SUMÁRIO

1. OBJETO.....	3
2. CONTEXTO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO.....	3
3. QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO	4
4. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA COTAÇÃO.....	9
5. PROCEDIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE COTAÇÕES.....	10
6. QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA	11
7. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO.....	12
8. DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA SELECIONADA	13
9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	15
10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.....	17
11. VALIDADE DA COTAÇÃO	18
12. ALTERAÇÃO, CANCELAMENTO, CRÉDITOS E REEMBOLSOS	19
13. PRAZO E EXECUÇÃO DO SERVIÇO.....	19
14. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO	20
15. PAGAMENTO	20
16. ELEGIBILIDADE, CONFLITO DE INTERESSES, INTEGRIDADE, FRAUDE E CORRUPÇÃO.....	21
17. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	22
18. CONSÓRCIOS.....	23
19. GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA CONTRATAÇÃO	23
20. DISPOSIÇÕES FINAIS	23
21. ANEXOS.....	24

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de fornecimento e instalação de fechaduras eletrônicas, com controle de acesso por reconhecimento facial e por senha, para uso da Unidade de Gerenciamento do Projeto Qualifica SUAS.

1.2. A contratação compreenderá a execução dos itens relacionados no item 3 deste Termo de Referência, contemplando conjuntos de fechadura eletrônica com leitor de reconhecimento facial para porta de vidro, com controlador de acesso por senha para porta de vidro e com controlador de acesso por senha para porta de madeira, com respectivo fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra, configuração e demais componentes e acessórios necessários à sua plena instalação e funcionamento.

1.3. Trata-se de contratação de fornecimento com instalação, executada em duas etapas – entrega dos equipamentos e instalação –, não caracterizando serviço continuado.

1.4. Os quantitativos de cada item constam do quadro do item 3 e serão confirmados pela Contratante, mediante vistoria nas portas indicadas no registro fotográfico do item 3, antes da publicação da Solicitação de Cotações, em complemento a este Termo de Referência.

1.5. A entrega e a instalação deverão ser executadas nas dependências da UGP, instalada na Rua Líbero Badaró, nº 425, 3º andar, CEP 01009-000, no Município de São Paulo/SP.

2. CONTEXTO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Município de São Paulo implementa o Projeto Qualifica SUAS – GFPP P181957, com apoio do Banco Mundial, por meio de estrutura própria de governança e gestão responsável pela coordenação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das atividades do Projeto.

2.2. A Unidade de Gestão do Projeto – UGP atua na coordenação operacional da implementação, contemplando, entre outras áreas, gestão técnica, gestão financeira, aquisições e contratações, gestão contratual, monitoramento e avaliação, aspectos ambientais e sociais e demais atividades necessárias ao adequado cumprimento dos objetivos e compromissos do Projeto.

2.3. O andar ocupado pela UGP está sendo estruturado com divisórias, mobiliário, equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos, e suas portas de acesso dispõem apenas de fechaduras mecânicas convencionais, que não permitem o controle e o registro dos acessos. De modo a viabilizar o controle de acesso às dependências da unidade e a proteção das pessoas, do patrimônio e dos documentos do

Projeto, decorre a necessidade de contratação do fornecimento e instalação de fechaduras eletrônicas compatível com o quantitativo de colaboradores em exercício e com a previsão de ampliação gradual da equipe ao longo da execução do Projeto.

2.4. A presente contratação constitui, portanto, a solução necessária para garantir a continuidade das atividades da UGP de forma adequada às necessidades operacionais da unidade, assegurando condições de trabalho e de segurança compatíveis com a relevância e a complexidade do Projeto Qualifica SUAS, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar que fundamenta esta contratação.

3. QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. O fornecimento e instalação de fechaduras eletrônicas compreende os itens relacionados no quadro a seguir, com os quantitativos e as especificações técnicas mínimas exigidas.

Item	Fechadura	Especificação Técnica	Unid.	Qtde.	Imagem Ilustrativa
1	Fechadura eletrônica com reconhecimento facial para porta de vidro	Conjunto de controle de acesso para porta de vidro temperado composto por: a) Leitor/controlador de acesso por reconhecimento facial: display touchscreen colorido de, no mínimo, 7 polegadas; com detecção de face viva; duas câmeras HD (luz visível e infravermelha); identificação também por senha numérica e QR Code e compatibilidade com cartões de proximidade (125 kHz e/ou MIFARE); regras de acesso personalizáveis por grupos e horários; registro dos eventos de acesso; comunicação TCP/IP e USB; entradas para botoeira e sensor de porta aberta; relé interno ou módulo de acionamento externo; entrada e saída Wiegand; grau de proteção mínimo IP65;	cj	2	 

		b) Fechadura eletroímã com força de atraque mínima de 110 kgf, acabamento em alumínio anodizado, acompanhada de suportes de fixação compatíveis com porta de vidro temperado sem caixilho (suporte em "U"/"ZL" ou equivalente), em quantidade e configuração suficientes para o travamento seguro da porta de duas folhas; c) Fonte de alimentação carregadora com temporizador e bateria selada de, no mínimo, 7 Ah: entrada bivolt automática (90 a 240 V); saída nominal entre 12 e 13,8 VDC, com corrente compatível com a fechadura e o leitor/controlador; tempo de acionamento programável; indicador de nível de bateria; proteção eletrônica contra curto-circuito; gabinete em material antichama; d) Botãoeira de saída em aço inox, tipo push button, para liberação da porta pelo lado interno; e) Cabos, eletrodutos e/ou canaletas aparentes, conectores e demais acessórios necessários à instalação, à interligação dos componentes e à conexão do leitor à rede de dados da UGP. Inclusos instalação, configuração, cadastro inicial dos usuários indicados pela Contratante, testes de funcionamento e garantia mínima de 12 (doze) meses.			
2	Fechadura eletrônica com senha para porta de vidro	Conjunto de controle de acesso para porta de vidro temperado composto por: a) Controlador de acesso por senha, com teclado capacitivo retroiluminado para digitação do código de identificação pessoal, cadastro de múltiplos usuários com senhas individuais, relé para acionamento da fechadura e entrada para botoeira; b) Fechadura eletroímã com as mesmas características exigidas no Item 1, alínea "b";	cj	1	

		c) Fonte de alimentação com as mesmas características exigidas no Item 1, alínea "c"; d) Botoeira de saída em aço inox, tipo push button, para liberação da porta pelo lado interno; e) Cabos, eletrodutos e/ou canaletas aparentes, conectores e demais acessórios necessários à instalação e à interligação dos componentes. Inclusos instalação, configuração, cadastro inicial das senhas dos usuários indicados pela Contratante, testes de funcionamento e garantia mínima de 12 (doze) meses.			
3	Fechadura eletrônica com senha para porta de madeira	Conjunto de controle de acesso para porta de madeira, composto por: a) Controlador de acesso por senha, com teclado capacitivo retroiluminado para digitação do código de identificação pessoal, cadastro de múltiplos usuários com senhas individuais e chave de emergência (ou acessório equivalente para abertura em casos de emergência, como cartão ou tag), com abertura livre pelo lado interno, incluindo todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento. Inclusos instalação, configuração, cadastro inicial das senhas dos usuários indicados pela Contratante, testes de funcionamento e garantia mínima de 12 (doze) meses.	cj	1	

3.2. As características técnicas indicadas no quadro acima deverão ser interpretadas como requisitos mínimos de desempenho, capacidade, funcionalidade e acabamento. Serão aceitos materiais com especificações superiores às indicadas, desde que:

- atendam integralmente à finalidade do item;
- mantenham compatibilidade estética e funcional com os demais itens do ambiente de trabalho;

- não impliquem qualquer custo adicional para a Administração;
- não reduzam nenhuma funcionalidade, capacidade mínima ou característica exigida.

3.3. Todos os equipamentos e materiais empregados deverão ser novos, de primeiro uso, em linha regular de fabricação e comercialização, livres de defeitos de fabricação, acabamento ou montagem.

3.4. Os equipamentos, os materiais e a execução deverão atender, no que for aplicável a cada item, às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em especial à NBR 5410 (instalações elétricas de baixa tensão), às normas de acessibilidade (NBR 9050), quando aplicável, e às normas de segurança contra incêndio do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo relativas às saídas de emergência; os equipamentos que operem por radiofrequência deverão possuir homologação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; a Contratada deverá apresentar, quando solicitado, comprovação documental de conformidade.

3.5. Todos os itens deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do serviço; será admitida e priorizada, na avaliação técnica, garantia superior ao mínimo exigido, conforme ofertado por cada empresa.

3.6. Sem prejuízo da garantia mínima de 12 (doze) meses referida no item anterior, aplicam-se ao fornecimento as garantias legais previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

3.7. A Contratada deverá fornecer os equipamentos acompanhados de todos os suportes, fontes, cabos, acessórios, quando aplicáveis, e softwares de gestão necessários ao pleno funcionamento das fechaduras eletrônicas, incluindo o serviço de instalação, configuração e testes no local de execução, sem custo adicional para a Contratante.

3.8. As especificações técnicas de cada item constam integralmente do quadro deste Termo de Referência. As imagens do quadro são meramente ilustrativas e não vinculam marca ou modelo, sendo aceitos equipamentos equivalentes ou superiores que atendam às especificações mínimas.

3.9. Nos itens 1 e 2, destinados às portas de vidro temperado, o sistema de travamento deverá ser do tipo eletroímã (fail-safe), uma vez que o vidro temperado não admite furação ou recorte para fechaduras de embutir, de forma a assegurar, em qualquer situação, a abertura das portas pelo lado interno por meio da botoeira de saída e a liberação das portas em caso de interrupção total da alimentação elétrica. No item 3, a fechadura deverá permitir a abertura livre pelo lado interno e dispor

de mecanismo de abertura de emergência. Em todos os casos, não poderão ser comprometidas as rotas de fuga da edificação.

3.10. Os dados pessoais dos usuários, inclusive os dados biométricos faciais, deverão ser armazenados nos equipamentos e/ou no software de gestão sob controle exclusivo da Contratante, sendo vedado à Contratada reter cópias ou utilizá-los para qualquer finalidade diversa da instalação e configuração do sistema, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

3.11. As fechaduras eletrônicas serão instaladas nas portas da sede da UGP identificadas no registro fotográfico a seguir, conforme a correspondência indicada entre portas e itens do quadro acima:

REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS PORTAS – LOCAIS DE INSTALAÇÃO	
	
Porta 1 – Porta de vidro temperado 1 folha, sem caixilho Item 1 – Fechadura eletrônica com reconhecimento facial	Porta 2 – Porta de vidro temperado 1 folha, sem caixilho Item 1 – Fechadura eletrônica com reconhecimento facial
	
Porta 3 – Porta de vidro temperado de duas folhas, sem caixilho Item 2 – Fechadura eletrônica com senha	Porta 4 – Porta de madeira, de giro e uma folha Item 3 – Fechadura eletrônica com senha

3.12. A correspondência entre portas e itens indicada no registro fotográfico poderá ser ajustada pela Contratante por ocasião da vistoria técnica, sem alteração dos quantitativos contratados.

4. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA COTAÇÃO

4.1. A cotação deverá ser apresentada em moeda corrente nacional – Real (R\$) e contemplar todos os custos necessários à execução integral do objeto, incluindo equipamentos, frete, seguro, entrega, instalação e configuração no local indicado.

4.2. A empresa deverá apresentar os preços de forma discriminada, conforme planilha abaixo:

PLANILHA DE PREÇOS

Item	Descrição	Especificação Técnica	Unid.	Qtde.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Fornecimento e instalação de fechadura eletrônica com reconhecimento facial para porta de vidro (conjunto completo, instalado), conforme especificações do Termo de Referência	<i>Modelo/marca e especificações</i>	cj	2		
2	Fornecimento e instalação de fechadura eletrônica com senha para porta de vidro (conjunto completo, instalado), conforme especificações do Termo de Referência	<i>Modelo/marca e especificações</i>	cj	1		
3	Fornecimento e instalação de fechadura eletrônica com senha para porta de madeira (conjunto completo, instalado), conforme especificações do Termo de Referência	<i>Modelo/marca e especificações</i>	cj	1		

RESUMO DA COTAÇÃO

Item	Componente	Valor (R\$)
1	Valor Total Fechaduras Eletrônicas (equipamentos e instalação)	R\$
2	Frete e demais encargos para execução do serviço (especificar)	R\$
	VALOR GLOBAL DA COTAÇÃO	R\$

4.3. A cotação deverá informar: razão social; CNPJ; endereço; nome e contato do representante; prazo de validade da cotação; marca, modelo e principais especificações dos equipamentos ofertados para cada item; cotação dos itens previstos objeto da contratação; prazo de entrega ofertado; prazo de garantia ofertado; taxas e demais encargos incidentes para execução do fornecimento; e valor global da cotação.

4.4. Durante a vigência do contrato, não serão aceitos custos adicionais que não tenham sido indicados na cotação.

5. PROCEDIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE COTAÇÕES

5.1. A seleção será realizada mediante Solicitação de Cotações – Request for Quotations – RFQ, em conformidade com o método previsto para a contratação no Plano de Aquisições do Projeto Qualifica SUAS e no respectivo registro no STEP.

5.2. A Solicitação de Cotações será publicada e disponibilizada para fornecedores interessados em participar da contratação, de modo a assegurar competição adequada e obtenção de preços compatíveis com o mercado.

5.3. As empresas deverão apresentar suas cotações no prazo e na forma definidos na comunicação de Solicitação de Cotações.

5.3.1. Em conformidade com o Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento (IPF) do Banco Mundial, a Solicitação de Cotações não comporta etapa de lances: cada proponente apresentará uma única cotação, e será selecionada a de menor preço avaliado que atenda substancialmente aos requisitos deste Termo de Referência.

5.4. A cotação deverá contemplar a integralidade do objeto, salvo quando a própria Solicitação de

Cotações admitir expressamente apresentação de alternativas.

5.5. As cotações recebidas serão analisadas pela UGP ou por equipe formalmente responsável pelo procedimento.

5.6. A Contratante poderá solicitar esclarecimentos ou realizar diligências destinadas a sanar dúvidas, confirmar informações ou verificar a conformidade documental, sem permitir alteração substancial da cotação após o encerramento do prazo de apresentação.

6. QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA

6.1. A proponente deverá demonstrar possuir capacidade técnica e operacional compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento e a instalação satisfatórios de fechaduras eletrônicas ou de sistemas de controle de acesso de natureza e complexidade compatíveis com os bens objeto desta contratação.

6.1.1. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, será admitido o somatório de atestados, desde que, em conjunto, demonstrem experiência anterior no fornecimento correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da quantidade prevista para o item ou lote para o qual a proponente apresentar proposta.

6.1.2. Os atestados deverão conter informações suficientes para permitir a identificação do fornecimento realizado, incluindo, sempre que possível:

- a) identificação da pessoa jurídica emitente;
- b) identificação da empresa fornecedora;
- c) descrição dos bens fornecidos;
- d) quantitativos fornecidos; e
- e) informação de que o fornecimento foi executado de forma satisfatória.

6.1.3. Será admitida a apresentação de atestados referentes a contratos concluídos, desde que os quantitativos efetivamente fornecidos e aceitos até a data de apresentação da proposta sejam suficientes para comprovar a capacidade técnica exigida.

6.1.4. A UGP poderá realizar diligências destinadas a confirmar a autenticidade e o conteúdo dos atestados apresentados, inclusive mediante consulta à entidade emitente, sem que isso implique a criação de requisito de habilitação não previsto no documento da contratação.

6.1.5. A comprovação da qualificação técnica terá caráter eliminatório, sendo considerada habilitada a proponente que atender integralmente aos requisitos estabelecidos neste item.

6.2. A proponente deverá apresentar boa situação econômico-financeira por meio da constatação de índices contábeis referentes à Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, devendo esses serem maiores ou iguais a 1,00.

6.2.1. A proponente deverá apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

6.2.2. Certidão negativa de falência e de recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 (sessenta) dias da data-limite de apresentação das cotações, se outro prazo não constar do documento.

6.2.3. Prova de patrimônio líquido correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor global da cotação apresentada.

7. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

7.1. Inicialmente será verificada a conformidade da cotação com as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.2. Serão consideradas para comparação somente as cotações que atendam substancialmente aos requisitos da contratação.

7.3. Será selecionada a cotação que apresentar o menor preço global avaliado da solução, desde que atendidas todas as condições técnicas e administrativas estabelecidas.

7.4. Não será selecionada opção que, ainda que de menor preço nominal, deixe de atender às especificações técnicas mínimas exigidas ou às condições de garantia e prazo de entrega estabelecidas.

7.5. O julgamento observará os princípios de economia, eficiência, integridade, transparência,

adequação ao propósito e Value for Money – VfM.

8. DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA SELECIONADA

8.1. A empresa classificada para contratação deverá apresentar, previamente à formalização do instrumento correspondente, os documentos previstos neste item.

8.1.1. No que diz respeito à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista decorrente da legislação nacional, a empresa deverá apresentar:

- ato constitutivo, contrato social, estatuto ou documento equivalente, devidamente registrado;
- documento oficial de identificação do representante legal;
- comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou certidão positiva com efeitos de negativa;
- Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – CRF, quando exigível;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, ou certidão positiva com efeitos de negativa;
- Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa, quando aplicável;
- Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa, quando aplicável;

- Declaração unificada que: (i) ateste o cumprimento dos requisitos de habilitação exigidos para a contratação; (ii) ateste a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública; (iii) ateste o não emprego de menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, em observância ao art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal; (iv) confirme que a proposta contempla todos os custos necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da contratação; (v) ateste o cumprimento das exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz, quando aplicáveis; e (vi) comprometa a manutenção, durante a execução contratual, das condições de habilitação exigidas.

8.1.2. Sem prejuízo do atendimento às exigências da legislação nacional, a empresa deverá observar as disposições aplicáveis do Regulamento de Aquisições do Banco Mundial para Mutuários de Financiamento de Projetos de Investimento – IPF, das Diretrizes Anticorrupção do Banco Mundial e das respectivas políticas e procedimentos de sanções. Para esse fim, deverá apresentar declaração específica contendo:

- Inexistência de conflito de interesses, real, potencial ou aparente, que possa comprometer sua participação no procedimento ou a execução da contratação;
- Elegibilidade para participar de contratação financiada pelo Banco Mundial, declarando não estar sujeita a sanção ou declaração de inelegibilidade que impeça sua contratação;
- Ciência e observância das Diretrizes do Banco Mundial sobre Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção;
- Compromisso de abster-se de práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o procedimento e a execução contratual;
- Compromisso de comunicar imediatamente à Contratante qualquer situação superveniente capaz de caracterizar conflito de interesses, inelegibilidade ou violação das regras de integridade do Banco Mundial; e

- ciência e concordância com as disposições de inspeção e auditoria aplicáveis aos contratos financiados pelo Banco Mundial, inclusive quanto ao acesso aos registros e documentos relacionados ao procedimento e à execução contratual.

8.1.3. Não será exigida nova declaração quando determinada informação já estiver expressamente contemplada, de forma suficiente e inequívoca, em outro documento apresentado pela empresa.

8.1.4. A Contratante poderá realizar diligências destinadas à confirmação da autenticidade, validade, conteúdo ou atualidade dos documentos e declarações apresentados.

8.1.5. A documentação deverá estar válida na data da formalização da contratação, sem prejuízo da obrigação de manutenção das condições exigidas durante sua execução.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Constituem obrigações da Contratada:

- i. executar o serviço em conformidade com este Termo de Referência e com a cotação selecionada;
- ii. entregar os itens dentro das especificações técnicas mínimas exigidas para cada item;
- iii. empregar materiais novos, de primeiro uso, não reconicionados ou remanufaturados, em embalagens originais;
- iv. realizar a instalação, a configuração e os testes de funcionamento das fechaduras eletrônicas no local de execução, incluindo o cadastro inicial dos usuários indicados pela Contratante, sem custo adicional para a Contratante;
- v. fornecer, quando aplicável, manuais e instruções de uso e conservação, em português;
- vi. apresentar certificado de garantia do fabricante, com prazo mínimo de 12 (doze) meses, a partir do recebimento definitivo, ressalvados os itens para os quais este Termo de Referência exija prazo superior;
- vii. realizar a execução no endereço da UGP, arcando com todos os custos de transporte, frete, seguro, mão de obra e instalação até a conclusão do serviço;

- viii. substituir ou reparar, sem custos adicionais, itens que apresentem defeitos de fabricação, instalação ou funcionamento, durante o período de garantia;
- ix. disponibilizar suporte técnico e assistência durante toda a vigência da garantia contratual;
- x. manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- xi. responder integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações decorrentes da execução contratual;
- xii. responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento;
- xiii. observar a legislação aplicável, bem como as normas técnicas e regulatórias pertinentes aos materiais e à execução do serviço, em especial as normas da ABNT;
- xiv. manter sigilo sobre informações, documentos e dados a que tiver acesso em razão da execução contratual;
- xv. comunicar imediatamente à Contratante qualquer fato que possa comprometer a execução ou a qualidade do serviço;
- xvi. arcar com todos os custos necessários à execução do fornecimento, incluindo mão de obra, transporte, instalação, tributos, taxas, licenças e demais despesas incidentes sobre o objeto contratado;
- xvii. observar as regras de integridade, elegibilidade e combate à fraude e corrupção aplicáveis ao Projeto;
- xviii. observar as regras de salvaguardas, compromisso socioambiental e conduta aplicáveis ao Projeto;
- xix. manter registros e documentos relacionados ao objeto para fins de fiscalização, auditoria e inspeção.

- xx. disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução do serviço, promovendo sua substituição quando necessário;
- xxi. observar as Normas Regulamentadoras (NR) de segurança e saúde no trabalho aplicáveis à execução do serviço, em especial a NR-10 (segurança em instalações e serviços em eletricidade), a NR-6 (equipamentos de proteção individual) e, quando aplicável, a NR-35 (trabalho em altura), capacitando seus colaboradores e fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) necessários;
- xxii. realizar, ao final da execução, a limpeza geral do local, com remoção de entulhos, sobras de material e embalagens, entregando o ambiente em condições de uso;
- xxiii. verificar, antes do início da instalação, a disponibilidade de pontos de energia elétrica e de rede de dados próximos às portas, executando a infraestrutura necessária (cabeario, eletrodutos ou canaletas aparentes) para alimentação e interligação dos equipamentos, sem danificar os vidros, as portas, as ferragens e os acabamentos existentes;
- xxiv. orientar a equipe indicada pela Contratante quanto à operação dos equipamentos, ao cadastro e à exclusão de usuários, à definição de regras de acesso e à extração dos registros de acesso;
- xxv. tratar os dados pessoais, inclusive biométricos, a que tiver acesso exclusivamente para fins de instalação e configuração do sistema, sem reter cópias, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD);
- xxvi. comunicar previamente à Contratante, para análise e aprovação, eventual necessidade de subcontratação parcial do serviço, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021, vedada a subcontratação total do objeto.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Constituem obrigações da Contratante:

- fornecer as informações necessárias à execução do serviço;

- acompanhar e fiscalizar a execução e a instalação das fechaduras eletrônicas;
- disponibilizar acesso às dependências onde serão realizadas a execução, a instalação e a conferência do serviço, em horários previamente acordados;
- receber e avaliar o serviço executado, verificando sua conformidade com as especificações previstas no Contrato e neste Termo de Referência;
- comunicar à Contratada, por escrito, as falhas, defeitos ou irregularidades constatadas no recebimento do serviço;
- efetuar os pagamentos devidos, nos prazos e condições estabelecidos contratualmente, após a comprovação da regular execução do serviço;
- utilizar os equipamentos de acordo com sua finalidade institucional;
- solicitar formalmente os atendimentos técnicos sempre que forem constatadas falhas durante o período de garantia;
- disponibilizar previamente as informações sobre os pontos de energia elétrica e de rede de dados existentes, autorizando a execução da infraestrutura necessária à instalação dos equipamentos;
- indicar à Contratada os usuários a serem cadastrados e os respectivos perfis, grupos e horários de acesso;
- exigir o cumprimento integral das obrigações contratuais pactuadas.

11. VALIDADE DA COTAÇÃO

11.1. A proponente deverá informar expressamente o prazo de validade da cotação apresentada, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data-limite de apresentação das propostas.

11.2. Os preços cotados serão considerados fixos e não sujeitos a reajuste durante a vigência contratual,

ressalvadas hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro.

12. ALTERAÇÃO, CANCELAMENTO, CRÉDITOS E REEMBOLSOS

12.1. Alterações ou cancelamentos serão realizados mediante solicitação ou autorização da UGP.

12.2. Serviços executados em desconformidade com as especificações técnicas deverão ser refeitos ou corrigidos pela Contratada, sem ônus para a Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

12.3. Itens que apresentem defeito de fabricação ou de instalação durante o período de garantia deverão ser reparados ou substituídos pela Contratada, sem custos adicionais para a Contratante, em prazo compatível com a criticidade da ocorrência.

13. PRAZO E EXECUÇÃO DO SERVIÇO

13.1. A execução do objeto observará os seguintes prazos máximos:

13.2. Etapa 1 – Entrega: a Contratada deverá entregar a totalidade dos equipamentos, materiais e acessórios na sede da UGP em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Início emitida pela Contratante.

13.3. Etapa 2 – Instalação: a Contratada deverá concluir a instalação, a configuração e os testes de funcionamento das fechaduras eletrônicas em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da entrega dos equipamentos.

13.4. A entrega dos equipamentos será registrada pelo fiscal do contrato como entrega parcial, mediante termo de recebimento parcial que ateste a quantidade entregue e a conformidade da marca e do modelo com a cotação apresentada, sem que esse registro implique aceitação do objeto.

13.5. A Contratada poderá realizar vistoria técnica no local, previamente à apresentação da cotação, e deverá realizá-la no prazo da Etapa 1, antes do início da instalação, para verificação das portas, das condições de fixação e da infraestrutura elétrica e de rede disponível;

13.6. Cabe a Contratada a responsabilidade sobre a carga, descarga, instalação e frete, sem qualquer ônus para a Contratante;

13.7. A execução compreenderá: fornecimento dos equipamentos e materiais; instalação dos conjuntos nas portas indicadas; execução da infraestrutura de cabeamento e alimentação elétrica, quando aplicável; configuração dos equipamentos e cadastro inicial dos usuários; testes funcionais (travamento,

liberação por reconhecimento facial, por senha, por botoeira e pelo mecanismo de emergência e, nos itens 1 e 2, funcionamento com bateria e liberação na falta total de energia); limpeza geral do local, com remoção de resíduos e embalagens; orientação da equipe da UGP; e disponibilização dos canais de atendimento e suporte técnico durante a garantia.

13.8. As fechaduras eletrônicas deverão ser instaladas na sede da UGP, no seguinte endereço: Rua Líbero Badaró, nº 425, 3º andar, Centro Histórico, São Paulo/SP, CEP 01009-000. A Contratada deverá agendar a execução dos serviços por meio do correio eletrônico ugp.qualificasuas@prefeitura.sp.gov.br.

13.9. O dia e horário da vistoria técnica e do serviço de instalação deverão ser agendado com o Gestor do Contrato com antecedência (de pelo menos 2 dias);

14. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

14.1. Todos os equipamentos e materiais empregados deverão ser novos, de primeiro uso, não denotando uso anterior.

14.2. A emissão do recebimento definitivo não eximirá o fornecedor de suas responsabilidades, nem invalidará ou comprometerá qualquer reclamação que a Contratante venha a fazer, baseada na existência de produto inadequado ou defeituoso, dentro do prazo de garantia.

14.3. Na Etapa 1, os equipamentos entregues serão recebidos parcialmente pelo fiscal do contrato, mediante termo de recebimento parcial, conforme o item 13 deste Termo de Referência.

14.4. Concluída a instalação, o fiscal do contrato realizará, em até 5 (cinco) dias úteis da comunicação de conclusão pela Contratada, a vistoria e os testes de funcionamento e, verificada a conformidade com as especificações técnicas, emitirá o ateste e o termo de recebimento definitivo, com aposição de assinatura nas vias da nota fiscal.

15. PAGAMENTO

15.1. O pagamento será processado após o recebimento definitivo e o ateste do serviço efetivamente executado, mediante apresentação da documentação fiscal pertinente, observados os procedimentos de liquidação e pagamento estabelecidos pela Portaria SF nº 275, de 5 de setembro de 2024, pelo Decreto Municipal nº 62.100/2022 e pelas demais normas municipais aplicáveis, sem prejuízo das disposições constantes do Acordo Legal e do Regulamento de Aquisições do Banco Mundial aplicáveis

ao Projeto Qualifica SUAS – GFPP P181957.

15.2. O pagamento será realizado em parcela única, após a conclusão da instalação, o ateste do fiscal do contrato e o recebimento definitivo, em até 30 (trinta) dias corridos.

15.3. O documento fiscal deverá discriminar:

- i. descrição dos serviços executados, com quantidades e valores unitários;
- ii. número da nota de empenho ou instrumento equivalente;
- iii. dados bancários da Contratada para fins de pagamento.

15.4. Deverão acompanhar a documentação fiscal, conforme aplicável:

- i. termo de recebimento definitivo assinado pela fiscalização;
- ii. certidões de regularidade fiscal e trabalhista vigentes.

16. ELEGIBILIDADE, CONFLITO DE INTERESSES, INTEGRIDADE, FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. A contratação observará as disposições de elegibilidade, conflito de interesses, fraude e corrupção previstas no Regulamento de Aquisições do Banco Mundial para Mutuários de Financiamento de Projetos de Investimento – IPF, na versão aplicável ao Projeto.

16.1.1. O Banco exige conformidade com as Diretrizes Anticorrupção do Banco e suas políticas e procedimentos de sanções vigentes, conforme estabelecido na Estrutura de Sanções do WBG (Diretrizes Anticorrupção).

16.1.2. Na prossecução desta política, os Licitantes devem permitir e devem fazer com que seus agentes (declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviços, fornecedores e seus funcionários, permitam que o Banco inspecione todas as contas, registros e outros documentos relacionados a qualquer processo de seleção inicial, processo de pré-qualificação, apresentação de licitação, apresentação de proposta e execução de contrato (no caso de adjudicação), e tê-los auditados por auditores indicados pelo Banco.

16.2. As empresas participantes e a Contratada deverão observar o mais elevado padrão de ética

durante o procedimento e a execução contratual.

16.3. São vedadas, entre outras, práticas:

- i. Corruptas;
- ii. Fraudulentas;
- iii. Colusivas;
- iv. Coercitivas; e
- v. Obstrutivas.

16.4. A participação na Solicitação de Cotações implicará ciência das regras de integridade aplicáveis.

16.5. A empresa selecionada deverá apresentar declaração específica de ciência e aceite das Diretrizes Anticorrupção do Banco Mundial.

16.6. Não poderá ser contratada empresa que esteja sujeita a sanção ou declaração de inelegibilidade do Banco Mundial que impeça sua participação em contratos financiados pelo Banco.

16.7. Inspeção e auditoria

16.7.1. A Contratada deverá permitir, e assegurar que seus representantes, empregados, agentes, prestadores de serviços, fornecedores e subcontratados relacionados à execução permitam ao Banco Mundial e/ou às pessoas por ele designadas:

- vi. Inspecionar contas, registros e demais documentos relacionados ao procedimento de aquisição e à execução contratual; e
- vii. Submeter esses documentos à auditoria realizada por profissionais designados pelo Banco Mundial.

17. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. A Contratada deverá observar a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados

Pessoais – LGPD.

18. CONSÓRCIOS

18.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, isoladamente ou por meio de mais de um consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

18.2. O objeto desta contratação não exige complexidade técnica, operacional ou de escala que demande a soma de capacidades de diferentes empresas, havendo mercado fornecedor suficiente para atendê-lo isoladamente. A vedação evita riscos de solidariedade difusa entre consorciadas, simplifica a gestão e fiscalização contratual e confere maior celeridade ao processo de habilitação, sem restringir indevidamente a competitividade.

19. GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA CONTRATAÇÃO

19.1. O serviço será conferido, recebido e atestado por equipe técnica, criada especificamente para esse fim, pela equipe da UGP/SMADS.

19.2. Compete à fiscalização da UGP/SMADS:

- f)** Verificar a conformidade do serviço executado com as especificações técnicas exigidas;
- g)** Registrar o recebimento parcial dos equipamentos e realizar o ateste e o recebimento definitivo do objeto;
- h)** Atentar para o atendimento da Portaria PMSP-SF pertinente ao processamento de pagamentos.

19.3. A referida equipe procederá às verificações para recebimento do serviço no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data de conclusão da instalação, requerendo-se da empresa, em igual prazo, a correção do serviço em desconformidade com as especificações indicadas neste documento.

19.4. Os procedimentos deste item devem estar em plena conformidade com a legislação vigente.

19.5. A empresa deve indicar preposto devidamente habilitado para os contatos institucionais e comerciais necessários ao cumprimento do objeto a ser adquirido.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A apresentação de cotação implica conhecimento e aceitação das condições estabelecidas neste

Termo de Referência.

20.2. A empresa selecionada ficará vinculada às condições de sua cotação.

20.3. A contratação será formalizada mediante instrumento adequado à natureza e ao valor da aquisição.

20.4. As questões não previstas neste Termo de Referência serão solucionadas pela Contratante, observados o Acordo Legal aplicável, o Plano de Aquisições, o Manual Operacional do Projeto, quando aplicável, e o Regulamento de Aquisições do Banco Mundial.

21. ANEXOS

21.1. Integram este Termo de Referência:

- Anexo - Modelo Solicitação de Cotação
- Anexo – Declaração de Inexistência de Conflito de Interesses
- Anexo – Declaração de Inexistência de Impedimentos
- Anexo – Declaração de Ciência e Aceite das Diretrizes Anticorrupção do Banco Mundial
- Anexo - Declaração unificada de atendimento à Legislação Nacional
- Anexo - Requerimento de pagamento SMADS
- Anexo – Minuta de Contrato SDC Nº 07/2026
- Anexo – Termo de Ciência e Compromisso Socioambiental, de Integridade e Conduta

ANEXO - MODELO SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÕES – SDC Nº 07/2026

PROJETO QUALIFICA SUAS – GFPP P181957

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Representante: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

2. PLANILHA DE PREÇOS

Item	Descrição	Especificação Técnica	Unid.	Qtde.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Fornecimento e instalação de fechadura eletrônica com reconhecimento facial para porta de vidro (conjunto completo, instalado), conforme especificações do Termo de Referência	<i>Modelo/marca e especificações</i>	cj	2		
2	Fornecimento e instalação de fechadura eletrônica com senha para porta de vidro (conjunto completo, instalado), conforme especificações do Termo de Referência	<i>Modelo/marca e especificações</i>	cj	1		

3	Fornecimento e instalação de fechadura eletrônica com senha para porta de madeira (conjunto completo, instalado), conforme especificações do Termo de Referência	Modelo/marca e especificações	cj	1		
---	--	-------------------------------	----	---	--	--

3. RESUMO DA COTAÇÃO

Item	Componente	Valor (R\$)
1	Valor Total Fechaduras Eletrônicas (equipamentos e instalação)	R\$
2	Frete e demais encargos para execução do serviço (especificar)	R\$
	VALOR GLOBAL DA COTAÇÃO	R\$

Validade da cotação: _____

Declaramos que os preços acima compreendem todos os custos, tributos, taxas, encargos e despesas necessários à execução do objeto.

[Local], [data].

Representante legal

Razão Social / CNPJ

ANEXO - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÕES – SDC Nº 07/2026

PROJETO QUALIFICA SUAS – GFPP P181957

Declaro que a [Razão Social da Empresa], inscrita no CNPJ/CPF sob o nº [00.000.000/0000-00] não está submetida a qualquer tipo de situação que venha a gerar conflito entre interesses públicos e interesses privados e de não ter conhecimento de informação privilegiada, nos termos definidos pela legislação vigente, que possam comprometer a integridade da Solicitação de Cotação SDC nº 07/2026 a ser celebrado com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social no âmbito do projeto de financiamento junto ao Banco Mundial "Fortalecimento do Sistema de Prestação de Assistência Social e Qualificação do Atendimento a Indivíduos e Famílias em Vulnerabilidade e Risco Social no Município de São Paulo - QUALIFICA SUAS".

[Local], [data].

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

[CARGO/FUNÇÃO]

[RAZÃO SOCIAL]

CNPJ nº [●]

ANEXO - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÕES – SDC Nº 07/2026

PROJETO QUALIFICA SUAS – GFPP P181957

Declaração de inexistência de impedimento para contratar com o poder público e em projetos financiados pelo Banco Mundial

A [Razão Social da Empresa], inscrita no CNPJ/CPF sob o nº [00.000.000/0000-00], com sede/endereço na [Endereço completo], por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) [Nome do representante], portador(a) da Carteira de Identidade nº [RG] e do CPF nº [CPF], DECLARA, sob as penas da lei, que:

1. Inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação em processos licitatórios ou contratações com a Administração Pública;
2. Não se encontra declarada inidônea e nem está impedida de contratar ou licitar com o Poder Público em qualquer de suas esferas (Federal, Estadual, Distrital ou Municipal);
3. Não possui punição vigente de suspensão de participação em licitação ou impedimento de celebrar contratos com órgãos ou entidades da Administração Pública.

Declara, por fim, estar ciente da obrigatoriedade de comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer ocorrência de fatos supervenientes que alterem a situação declarada acima.

[Local], [data].

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]
[CARGO/FUNÇÃO]
[RAZÃO SOCIAL]
CNPJ nº [●]

**ANEXO - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E ACEITE DAS DIRETRIZES ANTICORRUPÇÃO DO BANCO
MUNDIAL**

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÕES – SDC Nº 07/2026

PROJETO QUALIFICA SUAS – GFPP P181957

Eu, [INSERIR NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL], declaro para fins de candidatura na presente Solicitação de Cotações, que estou ciente e de acordo que a presente licitação estará submetida às Diretrizes Anticorrupção do Banco Mundial, a saber:

- I – O Prestador de Serviços deve permitir e deve fazer com que seus agentes (declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviços, fornecedores e funcionários, permitam que o Banco Mundial e/ou pessoas designadas pelo Banco Mundial inspecionem o local e/ou as contas, registros e outros documentos relativos ao processo de aquisição, seleção e/ou execução do contrato, e ter tais contas, registros e outros documentos auditados por auditores nomeados pelo Banco Mundial.
- II – A atenção do Prestador de Serviços e de seus Subcontratados e subconsultores é chamada para as Diretrizes Anticorrupção, que preveem, entre outros, que atos destinados a impedir substancialmente o exercício dos direitos de inspeção e auditoria do Banco Mundial constituem uma prática proibida sujeita à rescisão do contrato (bem como a uma declaração de inelegibilidade de acordo com os procedimentos de sanções vigentes do Banco Mundial).

[Local], [data].

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]
[CARGO/FUNÇÃO]
[RAZÃO SOCIAL]
CNPJ nº [●]

ANEXO - DECLARAÇÃO UNIFICADA DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO NACIONAL

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÕES – SDC Nº 07/2026

PROJETO QUALIFICA SUAS – GFPP P181957

A empresa [RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ sob nº [●], com sede em [ENDEREÇO COMPLETO], neste ato representada por [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], portador(a) do documento de identificação nº [●] e CPF nº [●], para fins de participação na Solicitação de Cotações – Request for Quotations – RFQ, destinada à contratação de fornecimento e instalação de fechaduras eletrônicas para a Unidade de Gerenciamento do Projeto Qualifica SUAS – GFPP P181957, DECLARA, sob as penas da lei, que:

I - ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Atende aos requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e demais condições exigidas para a contratação, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentos apresentados;

II – INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA CONTRATAR

Não incorre em impedimento legal que inviabilize sua participação no procedimento ou sua contratação pela Administração Pública, comprometendo-se a comunicar imediatamente eventual fato superveniente que altere essa condição;

III – TRABALHO DE MENORES

Cumprido o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, não empregando menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos;

IV – INTEGRALIDADE DOS CUSTOS DA PROPOSTA

a cotação apresentada contempla todos os custos diretos e indiretos necessários à integral execução do objeto, inclusive tributos, encargos fiscais, comerciais, sociais, trabalhistas e previdenciários, taxas, despesas administrativas, custos de operação e demais despesas incidentes, quando aplicáveis, não cabendo à Contratante qualquer pagamento adicional por itens que deveriam estar incluídos no preço ofertado;

VI – REGULARIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

declara que todas as informações, documentos, certidões e declarações apresentados no âmbito da contratação são verdadeiros, autênticos e correspondem à situação atual da empresa;

VII – MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

compromete-se a manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e demais requisitos que fundamentaram sua contratação, comunicando imediatamente à Contratante qualquer alteração relevante;

VIII – RESPONSABILIDADE PELAS DECLARAÇÕES

declara estar ciente de que a falsidade de qualquer informação ou documento apresentado poderá acarretar as consequências administrativas, civis e penais previstas na legislação aplicável.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente declaração.

[Local], [data].

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]
[CARGO/FUNÇÃO]
[RAZÃO SOCIAL]
CNPJ nº [●]

ANEXO – MODELO REQUERIMENTO DE PAGAMENTO SMADS

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) da Prefeitura do Município de São Paulo – Unidade de Gestão do Projeto Qualifica SUAS (UGP)

REQUERIMENTO DE PAGAMENTO

Dados da contratação	
Projeto	Fortalecimento do Sistema de Prestação de Assistência Social e Qualificação do Atendimento a Indivíduos e Famílias em Vulnerabilidade e Risco Social no Município de São Paulo - QUALIFICA SUAS
Nº da Nota de Empenho	
Identificação da contratação (função ou serviço)	
Identificação da Contratada	
Razão Social	
CNPJ	
Endereço Completo	
Dados Bancários	
Dados do Faturamento	
Nº da Nota Fiscal	
Valor da Nota Fiscal	
Data de Emissão	
Dados dos Serviços prestados	
Breve descrição dos serviços	
Índice de anexos	

[Local], [data].

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

[CARGO/FUNÇÃO]

[RAZÃO SOCIAL]

CNPJ nº [●]

ANEXO - TERMO DE CIÊNCIA E COMPROMISSO SOCIOAMBIENTAL, DE INTEGRIDADE E CONDUTA

Projeto de Fortalecimento do Sistema de Prestação de Assistência Social e Qualificação do Atendimento a Indivíduos e Famílias em Vulnerabilidade e Risco Social no Município de São Paulo

A [Razão Social da Empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [00.000.000/0000-00], com sede/endereço na [Endereço completo], por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). [Nome do representante], portador(a) da Carteira de Identidade nº [RG] e do CPF nº [CPF], contratada para [descrever o objeto – ex.: fornecimento e instalação de fechaduras eletrônicas em unidades da SMADS], no âmbito da [SDC nº ____ / Contrato nº ____], DECLARA estar ciente de que o Projeto é financiado pelo Banco Mundial e está sujeito aos compromissos ambientais e sociais assumidos pelo Município de São Paulo, especialmente aqueles estabelecidos no Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS), e COMPROMETE-SE, para si e para seus sócios, empregados, prepostos, e subcontratados envolvidos na execução do objeto, a observar, durante toda a prestação do serviço, os seguintes compromissos:

I – Conduta ética e integridade

Atuar com ética, integridade, imparcialidade, diligência e responsabilidade, abstendo-se de qualquer prática de fraude, corrupção, conluio, coerção, obstrução, conflito de interesses ou outra conduta incompatível com os princípios que regem o Projeto; abster-se de qualquer conduta que possa configurar conflito de interesses, comunicando à UGP qualquer situação, vínculo ou circunstância que possa comprometer ou aparentar comprometer imparcialidade, independência ou capacidade de atuar em benefício do Projeto.

II – Respeito, não discriminação e inclusão

Manter conduta respeitosa, inclusiva e não discriminatória no relacionamento com as pessoas durante a prestação do serviço; não tolerar nem praticar qualquer forma de discriminação, intimidação, constrangimento, violência, assédio ou tratamento degradante ou desrespeitoso, em razão de condição social, etnia, raça, gênero, religião, idioma, estado civil, idade, orientação sexual, deficiência, convicção política ou qualquer outra condição.

III – Prevenção de Exploração, Abuso e Assédio Sexual – SEA/SH

Manter a boa convivência e o respeito, sendo vedada qualquer conduta que possa caracterizar exploração, abuso ou assédio sexual, inclusive no relacionamento com usuários, trabalhadores, consultores, prestadores de serviços e demais pessoas com as quais haja contato em razão das atividades do Projeto. Atividades sexuais envolvendo menores de 18 anos são igualmente proibidas, independentemente da idade de consentimento ou maioridade estabelecida localmente, não sendo admitido como argumento de defesa o alegado desconhecimento da idade real da pessoa menor de 18 anos. Comunicar à UGP qualquer preocupação ou suspeita de incidente relacionado a exploração, abuso ou assédio sexual de que se tenha conhecimento no contexto da execução do objeto contratual, observados os canais e procedimentos por ela definidos.

IV – Proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade

No caso de serviços que envolvam contato direto ou indireto com pessoas em situação de vulnerabilidade atendidas pela SMADS, adotar especial cuidado na interação, preservando sua dignidade, privacidade, autonomia, segurança e integridade; não utilizar informações, relações profissionais ou posições funcionais de maneira que possa expor, constranger ou prejudicar usuários dos serviços apoiados pelo Projeto. É vedado oferecer, vender, trocar ou receber bens, dinheiro, favores ou serviços de usuários.

V – Confidencialidade

Manter sigilo sobre informações não públicas a que se tiver acesso em razão das atividades desempenhadas ou serviços prestados, inclusive informações administrativas, técnicas, institucionais, contratuais, financeiras ou relacionadas aos usuários dos serviços, obrigação que permanecerá válida após o encerramento da atuação no Projeto, nos limites previstos na legislação e no instrumento contratual.

VI – Proteção de dados pessoais

Observar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018) e demais normas aplicáveis, tratando dados pessoais exclusivamente para as finalidades relacionadas às atividades sob sua responsabilidade e observando os princípios da necessidade, finalidade, segurança, confidencialidade e limitação de acesso; adotar cuidados reforçados quando houver acesso a dados pessoais sensíveis ou a informações referentes a pessoas em situação de vulnerabilidade; não utilizar, compartilhar, reproduzir ou armazenar dados pessoais fora das finalidades autorizadas pelo Projeto. É vedado fotografar, filmar ou gravar usuários ou documentos das unidades; registros fotográficos necessários à comprovação dos serviços devem ser autorizados pela fiscalização do contrato e não podem identificar pessoas.

VII – Segurança da informação

Utilizar de forma responsável os sistemas, equipamentos, documentos e meios de comunicação disponibilizados ou utilizados no âmbito do Projeto, adotando as medidas necessárias para impedir acesso, compartilhamento ou divulgação indevida de informações.

VIII – Condições de trabalho e emprego

Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e de saúde e segurança aplicável a todos os trabalhadores envolvidos na execução do objeto, próprios ou subcontratados, assegurando: (a) vínculo formal, com remuneração, jornada, descansos e demais condições de trabalho informados por escrito ao trabalhador e pagos em dia; (b) proibição de trabalho forçado ou em condições análogas às de escravo e de trabalho infantil, sendo vedada a participação de pessoas menores de 18 anos em atividades perigosas ou de campo relacionadas ao objeto; (c) igualdade de oportunidades e de tratamento, sem discriminação na contratação, remuneração e condições de trabalho; (d) respeito à liberdade de associação, nos termos da legislação; e (e) meio acessível para que os trabalhadores apresentem queixas relacionadas ao trabalho, inclusive de forma anônima e sem retaliação, informando-os também sobre os canais de denúncia do Projeto previstos no item XVII.

IX – Saúde, segurança e proteção ambiental

Observar as normas, orientações e procedimentos de saúde e segurança aplicáveis às atividades sob sua responsabilidade, adotando as medidas necessárias à proteção da saúde e da segurança dos prestadores de serviço e de terceiros eventualmente afetados pelas atividades do Projeto; cumprir as Normas Regulamentadoras (NRs) aplicáveis às atividades – para serviços de instalação, em especial a NR-6 (equipamentos de proteção individual), a NR-12 (máquinas e equipamentos), a NR-35 (trabalho em altura), a NR-18 (construção), quando aplicável, e a NR-10, quando houver intervenção em instalações elétricas; fornecer gratuitamente e exigir o uso dos EPIs adequados; assegurar que os trabalhadores estejam capacitados e aptos para as tarefas e recebam orientação de segurança antes do início dos serviços; manter ferramentas e equipamentos em boas condições; dispor de meios para primeiros socorros e para acionar atendimento de emergência; e interromper a atividade diante de risco grave e iminente.

X – Gestão ambiental e de resíduos

Observar a legislação ambiental aplicável; acondicionar, transportar e destinar adequadamente os resíduos gerados (embalagens, sobras de materiais, entulho), conforme a Resolução CONAMA nº 307/2002 e a legislação municipal sobre resíduos da construção civil, utilizando transportadores e áreas de destinação licenciados e apresentando comprovante de destinação quando solicitado; priorizar a reutilização e a reciclagem; utilizar madeira e derivados de origem legal, quando aplicável; controlar ruído, poeira e odores, realizando cortes e outras atividades ruidosas preferencialmente em área isolada ou externa e mantendo a área limpa ao final de cada jornada; não descartar resíduos em vias públicas, redes de drenagem ou na coleta comum da unidade; e comunicar à UGP qualquer situação que possa representar risco ou impacto ambiental ou social.

XI – Comunicação de riscos, incidentes e violações

Comunicar tempestivamente à UGP e à fiscalização do contrato qualquer fato relevante de que se tenha conhecimento, relacionado às atividades desempenhadas, que possa representar:

- i. risco ambiental ou social;

- ii. risco à saúde ou segurança;
- iii. incidente ou acidente, inclusive acidente de trabalho ou envolvendo usuários ou terceiros;
- iv. violação de confidencialidade;
- v. incidente envolvendo dados pessoais;
- vi. situação de discriminação, assédio ou SEA/SH;
- vii. irregularidade ou possível violação de integridade;
- viii. violação ou possível violação dos compromissos estabelecidos neste Termo;
- ix. qualquer outra ocorrência que possa afetar a adequada implementação do Projeto.

A comunicação deverá observar os fluxos e orientações definidos pela UGP, preservada a confidencialidade das informações sensíveis. Acidentes com vítima fatal ou lesão grave, casos de exploração, abuso ou assédio sexual e ocorrências graves envolvendo trabalhadores, usuários o meio ambiente ou a comunidade devem ser comunicados imediatamente, no prazo máximo de 24 horas após a ciência do fato.

XII – Não retaliação e cooperação

Não praticar qualquer forma de retaliação contra pessoas que, de boa-fé, apresentem relatos, reclamações ou denúncias relacionadas a possíveis violações das normas, compromissos ou instrumentos aplicáveis ao Projeto; cooperar, quando solicitado, com a apuração de denúncias, incidentes ou possíveis violações relacionadas às atividades do Projeto, observado o dever de confidencialidade e as orientações da UGP.

XIII – Cumprimento das orientações da UGP

Observar as orientações ambientais, sociais, de integridade, conduta, proteção de dados, segurança da informação e demais procedimentos formalmente comunicados pela UGP que sejam aplicáveis aos serviços prestados ou às atividades desempenhadas.

XIV – Disseminação do Termo e responsabilidade pela equipe

Antes do início dos serviços, apresentar o conteúdo deste Termo a todos os trabalhadores próprios e subcontratados que atuarão na execução do objeto, registrando sua ciência na lista do Apêndice e mantendo esse registro à disposição da UGP; incluir as obrigações deste Termo nos contratos com eventuais subcontratados; participar e garantir a participação de sua equipe, quando convocada, nas orientações e treinamentos promovidos ou indicados pela UGP sobre questões ambientais, sociais, de integridade, conduta, saúde e segurança; e afastar da execução do objeto, quando solicitado pela UGP ou pela fiscalização do contrato, qualquer trabalhador que descumpra este Termo, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

XV – Descumprimento

O descumprimento dos compromissos deste Termo caracteriza inadimplemento contratual e sujeita a empresa às sanções previstas no contrato e na legislação aplicável, inclusive às regras do Banco Mundial sobre fraude e corrupção, sem prejuízo da responsabilização civil, administrativa e penal cabível.

XVI – Canais de denúncia

Ao vivenciar, testemunhar ou tomar conhecimento de conduta que configure descumprimento das orientações deste Termo, comunicar ou denunciar o fato aos superiores hierárquicos, à fiscalização do contrato e/ou aos canais de denúncia disponibilizados pelo Projeto. A empresa deverá divulgar esses canais a todos os trabalhadores envolvidos na execução do objeto.

O canal disponibilizado para acolher denúncias internas e externas relativas ao descumprimento das disposições deste Termo é a Ouvidoria Geral do Município – OGM, que recebe e encaminha manifestações de cidadãos relativas a elogios, esclarecimentos, denúncias, sugestões ou reclamações relacionadas aos serviços e atividades do Município, bem como pedidos de informação nos termos da Lei de Acesso à Informação – LAI.

Tabela – Resumo dos canais de Ouvidoria do Projeto

CANAIS	ACESSO
Site:	https://sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal/servicos/informacao?servico=3662
E-mail:	ogm@prefeitura.sp.gov.br e gabinete.ogm@prefeitura.sp.gov.br
Formulário eletrônico:	Disponível no Portal SP156
WhatsApp:	(11) 3230-5156
Pessoalmente:	Posto da Ouvidoria na Rua Dr. Falcão, 69 – Centro, São Paulo – SP (ao lado da Estação Anhangabaú do Metrô) - de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h
	Praças de Atendimento das Subprefeituras https://sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal/outros-canais-de-atendimento#praca-atendimento
	Unidades de Atendimento do Descomplica SP Disponíveis em link: https://sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal/outros-canais-de-atendimento#praca-atendimento

Correspondência:	Ouvidoria Geral do Município (OGM) Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar, Centro, São Paulo – SP, CEP 01009-000
Assédio Moral e Sexual:	É possível agendar horário para obter atendimento sigiloso e individualizado através do e-mail denunciaogm@prefeitura.sp.gov.br

Em todas as opções será fornecido um número de protocolo para que o manifestante possa consultar o andamento do processo. É assegurado que toda e qualquer denúncia será investigada e tratada com total confidencialidade e imparcialidade.

Este Termo não substitui nem altera as obrigações previstas no Termo de Referência, contrato ou demais instrumentos que disciplinam a execução do objeto contratado, complementando-os.

São Paulo, _____ de _____ de _____.

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

[CARGO/FUNÇÃO]

[RAZÃO SOCIAL]

CNPJ nº [●]